



revista

Diálogos

ANO VII - Nº 26 - 09 DE JUNHO DE 2019
ISSN 2238-1414

Cuba: uma ilha que resguarda valores humanos

Dossiê itinerários de vida: entre a antropologia e a saúde coletiva

Soy contra el blogueo económico

O caso da blogueira cubana de quem todo mundo livre já ouviu falar

Beto Vianna

Prólogo I

Já ouviu falar do caso da blogueira cubana? Pois é. Você e gente demais. Vezes demais. Por isso eu peço sua licença para, em nome do contexto e o contraste que o assunto merece, começar falando de outras coisas bem diferentes (e só muito superficialmente parecidas) com o caso da blogueira cubana.

Em fevereiro de 2013, o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu que o blog Falha de S. Paulo vai continuar fora do ar. Como quase bem diz o nome, o blog parodia o jornalão da família Frias, satirizando, e daí, criticando, os muitos deslizes da Folha. Pois a Folha entrou na justiça com uma alegação comercial: a marca do blog espelhava a marca do jornal. Nem uma palavra sobre vozes silenciadas, sobre opiniões amordaçadas, o velho assunto da liberdade de expressão. Assunto tão revelho que, deste texto em diante, me abstenho de repetir o maltratado termo.

Voltando um pouquinho no tempo, no dia 7 de dezembro de 2012, o “7D” não vingou. Era a data marcada pra entrar em vigor, na Argentina, a *Ley de Medios*, uma reforma agrária no terreno midiático, que garante cerca de um terço das frequências aos veículos sem fins lucrativos (como os comunitários e educacionais). O latifúndio tem seu maior representante no Clarín, uma espécie de Rede Globo hermana que, além de fazer circular o principal jornal do país, engole de 40 a 60% dos mercados de rádio, TV aberta e TV a cabo. É curioso não só o monopólio em si, mas o poder de fogo que um negócio desse tamanho dá ao negociante. Fogo suficiente pra deixar o 7D em banho maria, apesar do apoio maciço da (ou o maciço restante da) sociedade argentina.

Vamos retroceder um pouco mais. Em julho de 2010, o site WikiLeaks, de Julian Assange, divulga documentos do Exército americano sobre a guerra do Afeganistão. Um mês depois, a justiça da Suécia expede dois mandados de prisão contra Assange, por estupro e agressão sexual. Com as declarações atenuantes da suposta vítima, a justiça retira a ordem de prisão, mas volta atrás em setembro. Em novembro, as autoridades suecas pedem à Interpol a captura e a extradição de Assange. Em 28 de novembro, o WikiLeaks divulga mais de 250 mil documentos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, desnudando os comportamentos de espionagem mais escabrosos. Dois dias depois, a Interpol distribui pelo mundo, uma “notificação vermelha”, tratamento só dispensado a facínoras de alto calibre. Extraditado para a Suíça (onde é aguardado com o reaceso processo de estupro), Assange arrisca-se a ser julgado como cyberterrorista e a passar o resto dos seus dias em Guantánamo, base norte-americana situada em uma ilha caribenha de que me foge o nome.

Há histórias ainda mais antigas. Em 2003, o estudante de comunicação da UFMG, Marcelo Baeta, recebeu uma lista de jornalistas demitidos a pedido do então governador de Minas, Aécio Neves, ou, mais

precisamente, a mando da primeira dama da comunicação mineira, Andreia Neves. O caso mais conhecido (dentre muitos) foi o de Marco Nascimento, que, quando era diretor de jornalismo da TV Globo Minas, havia feito uma matéria desfavorável ao governo. Em 2004, o governo mineiro lançou uma campanha para anunciar o “déficit zero” no Estado. Marcelo Baeta sacou que a matéria do Jornal Nacional sobre o assunto era idêntica à campanha oficial, mesmo em minúcias do texto: “Minas Gerais superou uma década no vermelho”. Esse mexidão midiático de censura à imprensa, matérias pagas no noticiário e demissão de profissionais dissonantes virou prato feito para um escândalo que, claro, nunca alimentou o grande noticiário. Como trabalho de conclusão de curso, o aluno fez um documentário que ficou popularíssimo, e nem por isso noticiadíssimo, na rede YouTube. Traz o singelo nome, chupado do *Romanceiro da Inconfidência*, de Cecília Meirelles, mas tão ao gosto do saudoso Tancredo Neves, de “Liberdade essa palavra”. É só clicar por lá e apreciar: <https://www.youtube.com/watch?v=Y7t20KC068Q>. Até esse vídeo tem uma trajetória ligada às vias tortuosas e oficiosas da censura oficial. O vídeo original foi retirado do ar por questões de... direitos autorais! A tática, bastante disseminada entre poderosos impossibilitados de acionar seus dispositivos legais, conta-nos Kiko Nogueira (2014), é “usar perfis fakes para reclamar direitos autorais ao YouTube. O que faz com que o autor original tenha que provar a autoria”.

Prólogo II

As quatro historietas acima, que vão do recente ao nem tão recente, que percorrem o nacional, o global e o meu próprio bairro (sou, afinal de contas, mineiro) são variações de um mesmo tema, que enxergo assim: a independência relativa entre o meio utilizado (a mídia) e os propósitos da comunicação. Desde uma conversa de botequim até o *press release* de uma prestigiosa agência internacional de notícias, a pergunta mais interessante a se fazer é o que se quer com esse papo todo: a que serve, ou a quem serve, o “mal que sai da boca do homem”.

Mas, se é assim, não haverá nenhuma diferença entre o que é veiculado por uma potência da comunicação (a Globo, o Clarín, um blog popular) e um fofoqueiro da esquina? Sim, muita, mas insisto que a diferença que faz a diferença continua residindo no propósito daquele que veicula a notícia. Mal distorcendo a mensagem do teórico da comunicação Marshall McLuhan, a mensagem é o meio do meio. Se a música que toca em seu aparelho é ruim, tanto pior se o amplificador for potente. Leis restritivas e tentativas de controle sobre os conglomerados midiáticos nas chamadas democracias ocidentais (como na Inglaterra e nos EUA) são o reconhecimento de que há propósitos um tanto suspeitos na imprensa dita livre, e o mundo pode ser um lugar mais seguro se ela abrir a boca com menos frequência. Ou mais consciência.

Reconheço, ainda (as histórias que contei reconhecem), que há uma tensão apregoadada entre uma velha e uma nova ordem da comunicação, “velha” e “nova” sempre se referindo aos meios disponíveis aos meios. A velha ordem, em termos contemporâneos, é representada pelo tripé tradicional - rádio, jornal e TV -, historicamente nas mãos de grupos econômicos poderosos, oligarquias regionais e nações de primeira grandeza. Na nova ordem, modos alternativos de expressão ganharam os caminhos abertos pela web. O blog é alternativa democrática aos monopólios da imprensa e dos governos, o Twitter é alternativa democrática às agências de notícia, e, as redes sociais, alternativas (nem sempre democráticas, mas ao menos vagamente interativas e facilmente compartilháveis) para o burburinho cotidiano desse coletivo multicéfalo a que

chamamos sociedade. O WhatsApp ainda aguarda um estudo macluhaniano mais conclusivo, mas dizem que elegerá até chefes de Estado. Só pode ser democrático.

O blog Falha de S. Paulo é uma alternativa bem-humorada de forma e conteúdo, de ideologia, de propósito, à poderosa Folha. O blog não tem lá um amplificador de muitos watts, e nem precisa: é a boa qualidade da música que ele toca (se você me permite ser tendencioso) que motivou a ação judicial da Folha, acostumada como está, pela histórica inflação de poder da imprensa livre, a fazer-se ouvir sozinha. Na Argentina, o Clarín não quer largar o osso e ainda consegue mantê-lo na boca, apesar do grosso da sociedade daquele país já ter percebido que muitas vozes são mais benéficas que uma só. Podemos tentar responder a seguinte pergunta: se o Clarín fosse uma rede de mídias mais comprometida com a população, orientada para o bem-estar físico e cultural das pessoas, a sociedade argentina estaria tão ansiosa para dismantelar (ou democratizar) seu arsenal de amplificadores? Eu desconfio que não.

Julian Assange arrumou um belo de um amplificador: a divulgação de documentos *top secret* dos EUA. Podemos mesmo dizer que a sua mensagem é constitutiva da potência do meio. A internet tem dessas coisas. O conteúdo do WikiLeaks é tão importante para muitos, e tão desagradável para outros (esses, bem mais aparelhados na arte da repressão), que exige dos ofendidos uma reação à altura, retirando, por todos os meios, os meios de sua expressão. Prenda-se e arrebente-se. Cale-se para sempre enquanto dure a censura. Para isso (e aos ofendidos) servem a justiça e a polícia. Law & Order.

Finalmente, em minha montanhosa Minas, a situação é tão bizantina que me custa mais trabalho defender a independência da mensagem. O governo controla os meios, os meios controlam as mensagens. E aí de quem romper esse pacto católico. Restam, aos dissidentes, uns tantos “blogs sujos” e outros canais de expressão alternativos e menos bem pagos, principalmente na internet (as redes sociais são, nesse caso, apenas um palco reticente de batalhas menores – não há espécie animal mais bem adaptada à ecologia do Facebook que a tradicional família mineira e seus filhotes superficialmente transviados). Ou o Youtube, se você tiver os direitos autorais.

O caso da blogueira cubana

Quando menos se espera, surge a anomalia. Anomalias são danadas de educativas. Elas nos ajudam a entender como o sistema funciona, ao nos mostrar o sistema funcionando do jeito errado.

Há séculos, milênios, a propaganda e a contrapropaganda são armas utilizadíssimas nas guerras políticas. Nada mudou com as novas mídias, a não ser... as novas mídias. Na guerra fria, muito mais que as transmissões de rádio e de TV, que os satélites, os cabos telefônicos e os terminais de telex, era o exaltar do componente ideológico que servia, ele mesmo (a mensagem!), como amplificador das certezas nos corações e mentes dos peões de ambos os blocos.

Vou tomar partido, pois a mim ainda soa claro (perdoe se sou antiquado) que um desses lados tem motivações econômicas mal confessadas por trás de termos vazios (ou esvaziados) como “democracia”, “liberdade” e “oportunidade”. Concordo com Darcy Ribeiro quando ele diz que, muito antes da guerra fria, vivia-se já na América Latina a exploração organizada de gentes, levada a cabo por associações capitalistas

com endereço comercial conhecido: os EUA. Não há histeria no mito do “Império”. Se apertar a curiosidade, dê uma olhada (pode ser na Wikipedia) nos últimos 150 anos de qualquer país latino-americano: Brasil, Argentina, México, Chile, Venezuela, Bolívia, Nicarágua, Haiti, Cuba... Em graus diferentes, você vai tropeçar num festival explícito de horrores, desde interferências nas soberanias até controle ou manipulação da imprensa, financiamento secreto de grupos políticos e paramilitares, assassinatos, torturas, desaparecimentos, genocídios, o escambau. O objetivo disso tudo era e é aumentar a participação de grupos econômicos norte-americanos na exploração das gentes e dos recursos desses países. Estou aberto, é claro, a leituras diferentes.

Por outro lado, a América Latina nunca foi presa fácil. Darcy também nos conta (acho que em *As Américas e a civilização*) que nós praticamente inventamos a maioria dos modos de se fazer uma revolução, a revolta organizada contra a opressão. Nossa história está repleta de Martí, Bolívars e Guevaras, gente infelizmente (mas não surpreendentemente) pouquíssimo estudada nos bancos de escola brasileiros.

Cuba tem uma história especial nessa história. Vizinha quase siamesa do Império, a ilha foi candidata a quintal produtivo dos EUA desde a mais tenra idade, desde antes da independência da Espanha. Seguindo uma série de lutas, de reveses e de revoltas que culminaram na Cuba revolucionária dos anos 50, a grande ameaça que a ilha - no grande contexto que defendo aqui – representa para os EUA não é, por definição ou princípio, a “ideologia comunista”. Ou uma ameaça à democracia. Ou à liberdade. É o propósito da ilha (como é, hoje, o propósito da maioria das democracias latino-americanas), desde a revolução, de viver para si própria, de que sua gente viva para si própria e, não, para um agente econômico externo.

O bloqueio econômico imposto pelos EUA não é uma resposta à Cuba comunista, assim como não houve bloqueio americano à antiga URSS ou, agora, à China (em respeito à dignidade dos EUA, não ofereço a alternativa de que só se bloqueia Cuba porque não se pode bloquear ninguém mais). Trata-se de perder o quintal. E, pelo menos até agora, os EUA perderam esse quintal, ainda que à custa de muito sacrifício por parte do povo cubano. Sacrifício por conta do bloqueio, e, não por conta de um regime “de fome”. Essa última descrição bem melhor se aplicaria ao Brasil do século XX. Quem sente arrepios de indignação com a situação cubana não circulou o suficiente por nosso próprio país.

É claro que há o componente ideológico. É claro que há o movimento de propaganda e contrapropaganda da ilha para fora, tanto quanto de fora para a ilha. Há uma imprensa cubana controlada pelo governo? Sim, é o que nos aparece, se entendermos “controle” como a manutenção de um meio para divulgar as mensagens de governo, ou, posto de outra forma, se nos assombramos ao ver um órgão de imprensa que não é propriedade privada de ninguém (sabemos, em Minas, no que essa relação pode dar). A pergunta bastante razoável, como fizemos para o Clarín, é: por que não assistimos os cubanos arrancarem os cabelos ao se verem tolhidos em suas liberdades individuais de (ops, lá vem aquele termo) expressão? Ou os cubanos viraram dóceis cordeiros após a última revolução, ou Fidel inventou aparelhos de repressão particularmente sutis e eficientes na ilha. Mais provavelmente, nem um nem outro. Certos ou errados, os cubanos - o grosso da população cubana -, com seu nível de escolarização (e de educação, no sentido amplo) bem acima da média latino-americana, mostraram-se muito mais identificados com os projetos realizados e comunicados pelos meios disponíveis. Que, aliás, se é que temos o direito de não acreditar em nossa própria imprensa livre, não se resumem ao Granma.

Do lado de fora da ilha, o exercício de propaganda e contrapropaganda sempre foi bastante ativo. O rádio, o jornal, a TV, e agora a internet em todas as suas manifestações, todo e qualquer meio sempre foi utilizado. Esse movimento é velho como a revolução, e sempre foi, sabidamente, financiado pelos EUA, de uma forma

ou de outra. Seja mais abertamente, por fundações, instituições ou associações de americanos direitistas ou cubanos dissidentes adotados pelos EUA, seja na moita, pelo Departamento de Estado. Os blogs, é certo, deram novo alento à propaganda, driblando, dentro da ilha, a imprensa oficial. Mas o conteúdo desses novos amplificadores se repete monotonamente há 60 anos. Os mesmos clichês sob o sol. A ditadura dos irmãos Castro, a imprensa amordaçada, *el paredón*, o sucateamento da tecnologia, a pobreza dos cubanos... Navegue pela internet, está tudo lá, como em rolos de papiro. Uma oposição fabricada, financiada desde fora, tem poucas chances de renovar suas mensagens (os propósitos são alheios), pouco importa quão potentes sejam seus amplificadores. Mesmo as mentiras mais sinceras precisam de um caldo de cultura natural para vicejar.

No Brasil de 2019, por exemplo, a mentira tem pernas longas. E não estou falando (não aqui) dos mentirosos que se instalaram na Presidência da República e governam mentindo descaradamente a seus próprios seguidores (talvez até a si mesmos). Exemplos? Em abril deste ano, a Folha (aquela Folha que era parodiada pela Falha; ou será o inverso?) reproduz a manchete “Jornais diminuem número de páginas em Cuba por falta de papel”. E o bigode, ainda mais informativo, “Além do diário vinculado ao Partido Comunista, outros periódicos serão afetados” (que bom saber que a Folha não acha que só o Granma circula em Cuba). Digo reproduz, pois a notícia está disponível em todas as grandes agências internacionais. Na versão da Folha, a matéria termina dizendo que o corte acontece em um momento em que “Washington aposta na queda de Nicolás Maduro na Venezuela e se opõe radicalmente a Cuba e Nicarágua, países aliados ao chavismo”. Pergunta: sobre o que, exatamente, é essa matéria? Em um mundo de pessoas resolvidas emocionalmente, seria um apelo para que doássemos papel às publicações da ilha, ou até motivo para celebrar a diminuição do desmatamento e da emissão de carbono como bem-vindo efeito colateral da falta de verba em Cuba. Se não, e se também não se trata de um mítico jornalismo imparcial, ou factual, fique subentendido o que seja. Ou a quem sirva.

Mas, então, não haverá espaço aqui para uma anomaliazinha? Uma mensagem libertária (democrática, com cara de nova, com jeito e cheiro de nova, de vestido novo, ainda que, é claro, não seja nada disso? Acho difícil. Uma ditadura com tanta eficiência opressiva sobre os meios e as mensagens não iria tolerar uma voz dissidente vivendo em solo cubano (quando quer), ou viajando pelo mundo (quando quer), ganhando centenas de milhares de dólares (o equivalente a 1.500 anos de salário mínimo em Cuba), recorde de prêmios internacionais de (ops!) jornalismo recebidos em tão pouco tempo, extensa cobertura midiática pelo mundo livre (uma celebridade, como se diz), relações cordialíssimas com o Departamento de Estado Norte-Americano (isso quem diz é o WikiLeaks), e, como se esses meios não bastassem, detentora de um blog de repercussão mundial, traduzido em dezenas de idiomas, e um pós-moderno amplificador twitteiro com mais de 200 mil seguidores, fantasmagóricos, robóticos ou de carne e osso. Isso sem falar no caso da blogueira cubana.

Referências

JORNAIS DIMINUEM DE TAMANHO EM CUBA POR FALTA DE PAPEL. *Folha de S. Paulo*. 4 de abril de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/04/jornais-diminuem-de-tamanho-em-cuba-por-falta-de-papel.shtml>. Acesso em: 30 de abril de 2019.

NOGUEIRA, Kiko. Censura disfarçada de direitos autorais no YouTube. *GGN*. 19 de outubro de 2014. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/cidadania/censura-disfarcada-de-direitos-autorais-por-kiko-nogueira/>. Acesso em: 30 de abril de 2019.

RIBEIRO, Darcy. *As américas e a civilização*. São Paulo: Cia. das letras, 2007.